



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

SCHMIDT, Benito Bisso

Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética

História (São Paulo), vol. 33, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 124-144

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221031471008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

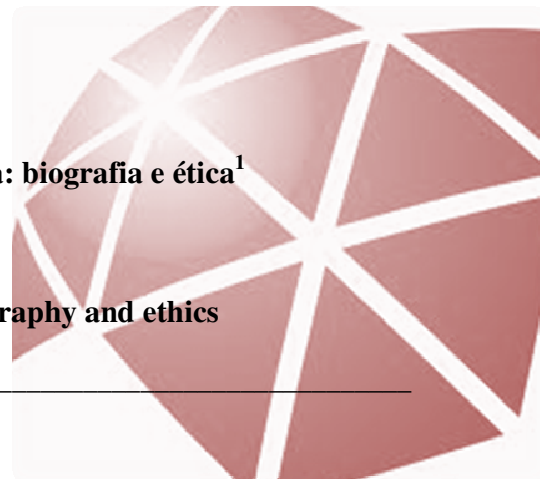
Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética¹

When the historian spies through the keyhole: biography and ethics



Benito Bisso SCHMIDT

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Contato: bbissos@yahoo.com

Resumo: O artigo aborda as relações e tensões entre ética e narrativa biográfica, sobretudo no campo do conhecimento histórico, e foi dividido em três partes: na primeira, é exposta a concepção de ética, que guiará a análise subsequente; na segunda, aborda-se a motivação ética que está no cerne da própria biografia desde as suas origens, qual seja, a de estabelecer um discurso moral sobre o homem e a sociedade; por fim, propõe-se uma discussão sobre a ética do historiador biógrafo, tanto em relação a seus biografados quanto no que diz respeito aos princípios de sua disciplina.

Palavras-chave: biografia; ética; história.

Abstract: The article discusses the relationships and tensions between ethics and biographical narrative, especially in the field of historical knowledge, and was divided into three parts: the first exposes the conception of ethics that guide the subsequent analysis, the second addresses the ethical motivation that lies in the heart of the biography itself from its origins, namely to establish a moral discourse about man and society, and finally proposes a discussion on the ethics of the biographer historian both in relation to their biographees, as with regard to the principles of his discipline.

Keywords: biography; ethics; history.

Em um belíssimo livro intitulado “A mulher calada”, a jornalista norte-americana Janet Malcolm examina as biografias e os biógrafos da poeta Sylvia Plath a fim de refletir sobre os limites do gênero biográfico. Ao buscar compreender o sucesso desse tipo de narrativa, a autora escreve:

Raramente se leva em conta a natureza transgressiva da biografia, mas ela é a única explicação possível para a popularidade do gênero. A incrível tolerância do leitor (que ele não estenderia a um romance mal escrito como a maior parte das biografias) só faz sentido se for entendida como uma espécie de cumplicidade entre ele e o biógrafo numa atividade excitante e proibida: atravessar o corredor na ponta dos pés, parar diante da porta do quarto e espiar pelo buraco da fechadura. (MALCOLM, 1995, p. 17).

Mais adiante Malcolm acrescenta:

assim como o arrombador não pode fazer uma pausa enquanto força uma fechadura para discutir com o seu cúmplice o que é certo ou errado no ato de roubar, o biógrafo também não pode admitir dúvidas sobre a legitimidade do empreendimento biográfico. (MALCOLM, 1995, p. 17).

Essas palavras vêm assombrando a minha trajetória de pesquisador, já que tenho me dedicado, faz vários anos, a investigar percursos individuais e a construir biografias históricas. Tais trabalhos encontram legitimidade em um movimento mais amplo que, a partir da década de 1980, reabilitou, em novas bases, perspectivas historiográficas que haviam sido estigmatizadas como “menores”, “ultrapassadas”, “tradicionais”, “positivistas”, entre outros epítetos nada honrosos, sobretudo a história política, a história narrativa e a biografia. São as chamadas “voltas”, em relação às quais o historiador Jacques Le Goff não deixa de fazer uma importante ressalva:

Essas voltas são equívocos. Se cada uma delas pode ser aceita pela nova história e se os partidários da nova história não raro delas deram o exemplo, é porque cada um desses gêneros históricos (ou quase) volta com uma problemática profundamente renovada. (LE GOFF, 1990, p. 7-8).

Malcolm, ao escrever as palavras que citei anteriormente, não estava se referindo especificamente às biografias escritas por historiadores. Porém, as questões por ela levantadas não podem, acredito, estar ausentes do horizonte dos profissionais de História que se dedicam a atravessar corredores de arquivos, bibliotecas e residências; parar diante de processos, cartas, fotografias, diários, jornais e entrevistados; e espiar pelo buraco da fechadura para tentar vislumbrar, por meio desses vestígios, múltiplas facetas de seus biografados. Nesse sentido, permito-me citar ainda um outro trecho de “A mulher calada” que, sem dúvida, coloca em xeque a respeitabilidade das motivações que nos levam – historiadores e não historiadores – a realizar uma biografia:

O voyeurismo e a bisbilhotice que motivam tanto os autores quanto os leitores das biografias são encobertos por um aparato acadêmico destinado a dar ao empreendimento uma aparência de amenidade e solidez semelhantes às de um banco. O biógrafo é apresentado quase como uma espécie de benfeitor. Sacrifica anos de sua vida no trabalho, passa horas intermináveis consultando arquivos e bibliotecas, entrevistando pacientemente cada testemunha. Não há nada que não se disponha a fazer, e quanto mais o livro refletir sua operosidade, mais o leitor acreditará estar vivendo uma elevada experiência literária e não simplesmente ouvindo mexericos de bastidores e lendo a correspondência alheia. (MALCOLM, 1995, p. 17).

Voyeur e bisbilhoteiro convicto, protegido e constrangido pelas regras do “aparato acadêmico”, busco, neste artigo, afastar-me momentaneamente da condição de arrombador profissional a fim de refletir sobre o certo e o errado, sobre ética enfim, presentes no ato de “roubar” a vida dos outros. Meu objetivo é, mais sinteticamente, abordar as relações e tensões entre ética e narrativa biográfica, sobretudo no campo do conhecimento histórico. Para isso, selecionei algumas dentre as muitas questões suscitadas por essa problemática e organizei o texto em três partes. Na primeira, muito breve, exponho a concepção de ética que guia as minhas considerações, já que, apesar de esse tema estar na pauta do pensamento ocidental ao menos desde a Grécia Clássica, ele se encontra, na atualidade, um tanto desgastado pelo mau uso (ou uso vulgar) que dele fazem a mídia, os políticos, setores da opinião pública, entre outros agentes sociais. A seguir, trato da motivação ética que está no cerne da própria biografia desde as suas origens, qual seja, a de estabelecer um discurso moral sobre o homem e a sociedade, motivação essa que, apesar das inúmeras transformações pelas quais passou o gênero, ainda é, parece-me, estruturante desse tipo de narrativa. Por fim, discuto sobre a ética do historiador biógrafo, tanto em relação a seus biografados quanto no que diz respeito aos princípios de sua disciplina.

1. Ética, éticas

Como foi dito acima, a discussão sobre ética é um dos pilares da filosofia ocidental. Não tenho a mínima pretensão de sintetizar toda essa trajetória de reflexões e discussões, nem penso que tal movimento seja necessário aos propósitos deste artigo. Busco apenas, nesta parte inicial, explicitar brevemente a compreensão de ética que balizará minhas reflexões posteriores. Valho-me para isso do verbete “Ética” escrito por Paul Ricoeur para o “Dicionário de ética e filosofia moral”, cujo subtítulo sugestivo é “Da moral à ética e às éticas”. (RICOEUR, 2003, p. 591-595, de onde foram retiradas, salvo menção em contrário, todas as citações da seção 1).

Ricoeur começa observando que “[...] os especialistas de filosofia moral não se entendem sobre a repartição de sentidos entre os dois termos, moral e ética”. Para orientar-se nessa dificuldade, propõe tomar o conceito de moral como o “termo fixo de referência”, atribuindo-lhe dupla função: “[...] a de designar, por um lado, a área das normas, ou seja, dos princípios do permitido e do proibido, e, por outro, o sentimento de obrigação como face subjetiva da relação de um sujeito com as normas”. É em relação a esse núcleo duro que ele demarca um emprego para o termo ética, considerando-a um conceito partido em dois: “um ramo designando o que está a montante das normas – falarei então de ética anterior – e outro ramo designando o que está a jusante das normas – falarei então de ética posterior”; a ética anterior

“apontando para o enraizamento das normas na vida e no desejo”, e a ética posterior “visando a inserir as normas em situações concretas”. Dessa forma, a moral seria uma “*estrutura de transição* que guia a transferência da ética fundamental em direção a éticas aplicadas que lhe dão visibilidade e legibilidade no plano da *práxis*”. Assim, diz Ricoeur, não seria por acaso que

[...] ora designamos por ética algo como uma metamoral, uma reflexão de segundo grau sobre as normas; ora os dispositivos práticos que convidam a colocar a palavra “ética” no plural e a acompanhar o termo de um complemento, como quando falamos de ética médica, de ética jurídica, de ética dos negócios etc. O curioso, com efeito, é que esse uso, às vezes abusivo e puramente retórico do termo “ética” para designar éticas específicas, não consegue abolir o sentido nobre do termo, reservado para o que poderíamos chamar de éticas fundamentais, como a Ética a Nicômaco de Aristóteles ou a Ética de Spinoza.

Apesar de adotar, neste artigo, o conceito cindido de ética proposto por Ricoeur – entre éticas fundamentais e éticas específicas –, esclareço que não atribuo às primeiras qualquer transcendência, qualquer significado a ou trans-histórico, qualquer vocação universalista. Ao contrário, minha formação de historiador afasta-me do fundacionismo ou do naturalismo ético e me aproxima do historicismo ético, o qual entende que

[...] a justificação de nossas crenças não é uma questão de adequação de seus discursos ou enunciados à natureza das coisas; aos dados elementares do espírito ou da sensação; às regras lógicas da razão, ou às exigências internas da estrutura da linguagem: é uma questão de prática social ou contexto conversacional. (COSTA, 1992, p. 275).

Nas reflexões que seguem, lidarei com os dois significados do termo ética, tratando, em primeiro lugar, da biografia como discurso ético que visou, desde a sua emergência – pelo respeito, pela admiração, pelo devotamento, pelo entusiasmo ou pela indignação – a inclinar os sujeitos morais a “fazerem o seu dever”, a “fazerem o bem”, enraizando as normas na vida e no desejo (mas sempre lembrando que “dever” e “bem” são atributos históricos, definidos no jogo de forças próprio de cada época e de cada grupo social). A seguir, abordarei uma ética setorial, específica, a do biógrafo, que pressupõe a inserção das normas em situações concretas. Por exemplo: quando um biógrafo “revela” fatos e facetas que, por motivos diversos, até então haviam sido ocultados pelo indivíduo biografado ou por seus descendentes, ele está cumprindo com o seu dever e fazendo o bem? Esta se tornou uma questão “quente” a partir da polêmica em torno do movimento “Procure saber”, o qual aglutinou, por um lado, biografados reais ou potenciais que defendiam o direito à intimidade e, em consequência, a proibição de biografias não autorizadas e, por outro, biógrafos (sobretudo jornalistas) e editoras que, em

contraposição, advogavam o direito à livre expressão como fundamento ao direito do livre biografar. Nesta parte levarei em conta uma tese complementar de Ricoeur: “[...] a única maneira de tomar posse do anterior das normas visado pela ética anterior é mostrar seus conteúdos no plano da sabedoria prática, que não é senão o da ética posterior”. Mais precisamente, tentarei mostrar que nenhuma ética setorial, posterior, entre elas a do historiador-biógrafo, é autossuficiente, pois sua configuração deve remeter a uma ética fundamental, anterior, enraizada na prática e na tradição de um período e de um grupo social específicos.

2. A narrativa biográfica como discurso ético: ensinando a fazer o bem

François Dosse (2005, p. 133) assinala que, durante muito tempo, da Antiguidade à época moderna, o gênero biográfico teve essencialmente uma função identificatória: “Ele serviu de discurso de virtudes, de modelo moral edificante para educar e transmitir os valores dominantes às gerações futuras”. Trata-se, prossegue o autor, de um gênero antigo que se difundiu em torno da noção de *bioi* (bios), a qual não remete apenas ao fato de retratar “a vida”, mas uma “maneira de viver”. Na Antiguidade grega, essa noção emerge de um saber filosófico e se refere à moralidade. É, portanto, um gênero que pertence à esfera do julgamento.

O contexto da cidade grega – com sua ênfase na identidade coletiva dos cidadãos – não foi favorável ao florescimento do gênero, que ganhou força no século IV a.C. e se projetou, principalmente, nas épocas helenística e romana. Cabe salientar que a biografia e o gênero histórico apareceram no mesmo momento, mas, progressivamente – sobretudo com Tucídides –, tomaram caminhos separados, já que aos praticantes da primeira não interessava romper completamente os vínculos com o imaginário, pois, na sua perspectiva, mais importante do que revelar a “verdade” sobre o personagem retratado era expressar a lição de vida nele encarnada. A inventividade dos biógrafos, conforme Dosse (2005, p. 136), era mesmo largamente solicitada e correspondia ao horizonte de expectativa dos leitores. Por essa razão, a biografia foi considerada um gênero mais popular do que a história e, muitas vezes, percebida como menor e vulgar pelos historiadores da Antiguidade.

Para não nos alongarmos nos exemplos de biografias antigas, basta citar “Vidas paralelas”, de Plutarco, nascido em torno de 45 d.C., obra na qual o autor elabora pares biográficos, confrontando os méritos e os defeitos de um herói grego e um romano. É dele a famosa sentença: “Nós não escrevemos Histórias, mas vidas”, que contribuiu para cavar o fosso entre esses gêneros e continua sendo até hoje objeto de controvérsias interpretativas. (ver, por exemplo, SILVA, 2006).

O fio condutor da narrativa plutarqueana não é tanto a evolução do caráter do herói ao longo de sua vida, mas sobretudo a maneira pela qual suas virtudes são postas à prova nos contextos comparados. Nesse sentido, sobressai menos a singularidade do percurso individual e mais a exemplificação da eficácia de uma virtude ou da extensão dos desastres que podem resultar desse ou daquele vício. Assim, ainda seguindo Dosse (2005, p. 143), as “vidas” de Plutarco não são nem panegíricos nem elogios; vícios e virtudes podem, inclusive, conviver nos mesmos personagens. Em suas biografias, ele se vale do contraste entre vícios e virtudes para melhor ressaltar essa última dimensão.

Depois de certo esquecimento ao longo do período medieval, a obra de Plutarco foi redescoberta no renascimento e teve grande receptividade nas épocas moderna e contemporânea, tanto entre literatos quanto entre historiadores, inspirando novos modelos biográficos. (HARTOG, 2001; BURKE, 1997).

Antes, porém, um gênero narrativo próximo à biografia também se configurou a partir de uma perspectiva que podemos chamar de ética, no sentido “nobre” do termo, ou seja, como terreno do qual emergem as normas e as formas de relação que os sujeitos estabelecem com elas: a hagiografia, ou seja, a escrita das vidas de santos. Conforme Michel de Certeau (1982, p. 272), o que diferencia a biografia da hagiografia é que a primeira expressa uma evolução no tempo das potencialidades do indivíduo, enquanto a segunda postula que tudo é dado na origem. O autor continua: “A combinação de atos, de lugares e de temas indica uma estrutura própria que não se refere essencialmente ‘àquilo que se passou’, como faz a história, mas ‘àquilo que é exemplar’”, ou seja, às condutas que merecem ser imitadas por aqueles que aspiram à edificação. As hagiografias, embora versem sobre o miraculoso e o maravilhoso, pautando-se por uma lógica que não é a desse mundo, buscam efeitos práticos, com indicação de condutas modelares, delimitação do permitido e do proibido e construção de (ou, ao menos, buscando-se construir) uma obrigação em relação ao cumprimento das normas, na subjetividade dos fiéis.

No Renascimento, verifica-se a recuperação das biografias da Antiguidade, Plutarco em especial, mas o rol dos “biografáveis” é alargado, passando a incluir mulheres, artistas e mesmo indivíduos de outras culturas. A noção de exemplaridade continua pautando a escrita biográfica mas, cada vez mais, manifesta-se “[...] uma tensão, para dizer o mínimo, entre a ideia do indivíduo como exemplar e a ideia do indivíduo como único”, nas palavras de Peter Burke. Tal tensão marcará o gênero biográfico ao longo do período moderno, condensando-se na figura do herói. Essa referência instala-se, como diz Dosse (2005, p. 164), no coração do discurso histórico e se torna mola mestra da intriga romanesca. Por um lado, as biografias modernas, em consonância com o movimento de individualização que perpassa as sociedades ocidentais, ressaltam as qualidades singulares do herói, inclusive sua possibilidade de transgredir as normas sociais em prol de ideais que só se realizarão no futuro; por outro, mostram como

esse herói encarna valores e qualidades coletivas de um grupo restrito (a nobreza, por exemplo, no caso das biografias cavalheirescas), da Nação, ou mesmo de toda a Humanidade. Nas palavras de Dosse (2005, p. 168):

É por sua capacidade de se apropriar de valores coletivos, de lhes incarnar em um percurso singular que a vida dos indivíduos guarda um sentido que ultrapassa a simples equação pessoal para adquirir uma glória durável no olhar do outro, por seu reconhecimento.

A figura do herói sofre uma crise ao longo do século XVIII. O seu caráter semidivino é contestado, em nome da razão, pela filosofia das Luzes. Os valores guerreiros encarnados pelos heróis são progressivamente considerados ultrapassados por uma sociedade que aspira à pacificação. Voltaire propõe a substituição do herói pelo grande homem. Neste, porém, persiste a tensão entre individualidade e exemplaridade. A escrita da vida desses “grandes homens” sublinha seus méritos pessoais, acessíveis ao “comum dos mortais”, mas, simultaneamente, evoca valores transcendentais que se busca transmitir à sociedade, tais como os da humanidade, da moderação no uso das responsabilidades, entre outros. (DOSSE, 2005, p. 182).

O século XIX é marcado por um grande debate a respeito do papel do indivíduo na história – debate com fortes implicações éticas, vale dizer – o que, obviamente, repercute nos caminhos do gênero biográfico. Sabina Loriga identifica múltiplas figuras biográficas na produção histórica desse período: o “homem patológico” de Jacob Burckhardt, que tem por função narrativa obstaculizar a noção de progresso; o “homem-partícula” de Hippolyte Taine, que se aproxima do homem concreto e contribui para uma visão múltipla do real; e o “herói” de Carlyle que, segundo a autora, é despersonalizado e desencarnado, não se opondo ao espírito da filosofia clássica alemã: “Carlyle reunia – diz ela – no heroísmo os elementos esparsos que Hegel tinha submetido à lei”. (LORIGA, 1998, p. 237).

De todo modo, a história oitocentista, que pouco a pouco ganha configuração disciplinar e lugares institucionais próprios, ao contrário do que apregoam as simplificadoras críticas de Lucien Febvre à “história historicizante”, não teve na biografia um de seus eixos principais, preferindo investir em entidades despersonalizadas e/ou coletivas ao indicar os sujeitos e formular os nexos causais de suas narrativas: a Nação, o Estado, o Povo, o Meio, a Raça. Nesse panorama, a biografia vai ser admitida como gênero acessório em geral praticado por diletantes, mas fundamental à instauração da pedagogia cívica e patriótica das nações em construção. É nesse âmbito que reencontramos a dimensão ética do discurso biográfico. Por exemplo, em seu famoso manual escolar “Petit Lavis”, o historiador francês Ernest Lavisse

[...] não hesita em tomar liberdades com o pacto de verdade que sustenta o discurso histórico e que é altamente reivindicado pela escola metódica que ele representa. Ele advoga mesmo a necessidade do mito, da lenda, a fim de melhor glorificar a parte ocupada na edificação nacional por alguns heróis propícios à identificação. (DOSSE, 2005, p. 196).

Portanto, mesmo na modernidade, o impulso para fazer o bem – nesse caso, aquilo que conflui para o bem da Nação – não prescinde de uma dimensão sagrada, cristalizada nas ações dos heróis nacionais (e em toda a ritualização que envolve sua fabricação: panteões, celebrações, elogios fúnebres, etc.) e que joga um papel essencial na constituição do sujeito moral próprio da época contemporânea.

Tracei até agora, em linhas muito esquemáticas, uma trajetória do gênero biográfico, com seus afastamentos e aproximações em relação à História, a fim de mostrar que, desde sua emergência na Antiguidade e apesar das transformações que experimentou ao longo do tempo e das diferenças existentes entre os autores que o praticaram, ele se configurou em torno de uma motivação ética: realizar, por meio do exemplo dos personagens biografados, uma reflexão de segundo grau sobre as normas, apresentar e reforçar as fronteiras sobre o proibido e o permitido e, sobretudo, constituir um sujeito obrigado ou ao menos inclinado a fazer o seu dever, a fazer o bem, conforme – ressalto novamente – os sentidos dominantes atribuídos a esses termos em cada época e em cada sociedade.

Essa motivação secular do gênero biográfico – que perpassa narrativas de estilos muito variados – está relacionada a um regime de historicidade específico, também de longa duração: o da *historia magistra vitae*, ou “história mestra da vida”, segundo o qual cabe ao passado esclarecer o futuro, oferecendo um repertório de exemplos e contraexemplos a serem imitados ou evitados. Tal forma de relação com o tempo, de acordo com François Hartog (1997, p. 9-10), repousa sobre a ideia de que o futuro não repete o passado, porém não o excede jamais, movendo-se no interior do mesmo círculo com as mesmas regras do jogo, a mesma providência e os mesmos homens, partilhando a mesma natureza humana.

Tal regime de historicidade teria emergido no século V a.C. e se dissolvido, ao menos como princípio explicativo e instrumento heurístico hegemônico, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (justamente o período que percorri anteriormente, ao traçar um breve histórico do gênero biográfico). A partir daí, ganharia força o regime moderno de historicidade, dominado pelo ponto de vista do futuro. Nas palavras de Hartog (1997, p. 9):

Esse futuro que esclarece a história passada, este ponto de vista e este *telos* que lhe dão sentido, adquiriu, sucessivamente, com as vestes da ciência, a imagem da Nação, do

Povo, da República ou do Proletariado. Se ainda resta uma lição da história, ela vem, por assim dizer, do futuro e não mais do passado. Ela está em um futuro que acontecerá como diferente do passado [...].

As grandes filosofias da História do século XIX assentadas na perspectiva da evolução e do progresso, como o Positivismo e o Marxismo, expressam com perfeição esse regime futurista. Contudo, após as duas guerras mundiais e especialmente a partir da década de 1960, diante da descrença nos modelos do passado e nos projetos coletivos de futuro, o regime moderno foi cedendo lugar a outra forma de apreensão do tempo: “Passou-se, portanto, em nossa relação de tempo, do futurismo para o presentismo: para um presente que é, para si mesmo, seu próprio horizonte. Sem futuro e sem passado, ou gerando, quase diariamente, o passado e o futuro de que necessita cotidianamente”. (HARTOG, 1997, p. 13).

A resposta, nem imediata nem direta, da historiografia a essa mudança foi a busca de temporalidades não tributárias da noção de exemplaridade nem da perspectiva do progresso, tais como a “longa duração” de Braudel, a “história imóvel”, de Le Roy Ladurie, a “história das mentalidades” e a “antropologia histórica”, de Jacques Le Goff, e mesmo a “história do tempo presente”, praticada por muitos pesquisadores contemporâneos.

Hartog (1997, p. 15) salienta que, desde meados da década de 1970, manifestaram-se, cada vez com mais intensidade, fissuras nesse regime de historicidade presentista:

[...] este presente [...] revela-se inquieto. Ele gostaria de ser seu próprio ponto de vista sobre si mesmo, e ele descobre a impossibilidade de praticar isto. Ele se revela incapaz de preencher a distância, no limite da ruptura, que ele mesmo cavou entre o campo de experiência e horizonte de expectativa.

A ênfase contemporânea às temáticas da memória, do patrimônio e da comemoração – todas remetendo ao terreno da identidade – seria um dos sintomas mais claros dessas falhas do presentismo.

Resolvi explorar com mais detalhes a noção de regime de historicidade – que, segundo o próprio Hartog, seu principal divulgador, não deve ser absolutizada, mas tomada como instrumento heurístico – a fim de refletir sobre o impulso ético que configura, historicamente, as narrativas biográficas.

Vale insistir que um regime de historicidade jamais existe em estado puro. A noção nos auxilia, sobretudo, a apreender as formas dominantes de relação com o tempo que os homens estabeleceram em diferentes períodos históricos. Assim, durante a hegemonia do regime de historicidade passadista, o da *historia magistra*, as biografias tiveram, apesar de suas diferenças estilísticas e de conteúdo ideológico, um caráter explicitamente ético, constituindo reflexões sobre valores e normas e participando da

“moldagem” de sujeitos morais capazes de transferir éticas fundamentais para éticas setoriais, como a ética do guerreiro, do governante, do crente, do cidadão, etc. Posteriormente, com o advento dos regimes futurista – calcado na noção de progresso, e presentista – pretensamente encapsulado em um eterno “agora”, a dimensão biográfica perdeu espaço nas principais correntes historiográficas em favor de encarnações coletivas – como a “classe”, de Marx, o “espírito positivo”, de Comte, ou o “povo”, de Michelet – e, posteriormente, foi subsumida pelas grandes estruturas socioeconômicas e demográficas e pelos processos de longa e média durações. O ataque de François Simiand ao “ídolo individual”, o advento do estruturalismo e a formulação de Pierre Bourdieu a respeito da “ilusão biográfica” marcaram diferentes momentos da crítica à biografia como gênero histórico durante o século XX. Apesar disso, biografias continuaram a ser produzidas e consumidas vorazmente em outros âmbitos de enunciação do discurso histórico por historiadores amadores, jornalistas, literatos, cineastas, etc. É difícil precisar as razões do sucesso do gênero, apesar do desprezo que os acadêmicos lhe dirigiram. Certamente, como afirmou Janet Malcolm na citação feita no início deste artigo, o voyeurismo, o desejo algo perverso de observar a intimidade do outro, sobretudo dos “famosos”, nos mínimos detalhes é uma delas. Mas será que podemos descartar totalmente a vontade de encontrar modelos de conduta, referências identitárias a serem seguidas, exemplos mais próximos e concretos a serem imitados, sobretudo diante das decepções trazidas por certo esgotamento das utopias modernistas?

Especialmente a partir do final da década de 1980, a biografia voltou, progressivamente, a ocupar um lugar de destaque no cenário historiográfico, sobretudo na chave da “biografia modal”. Nessa perspectiva, como assinala Dosse (2005, p. 213), “o singular torna-se uma entrada no geral, revelando ao leitor o comportamento médio das categorias sociais de um momento”. Tal compreensão não coloca em xeque os pressupostos das narrativas totalizantes e estruturalistas, apenas refina seu olhar permitindo a encarnação de movimentos coletivos em percursos individuais. Mais recentemente, contudo, essa visão “modal” foi pouco a pouco compartilhando espaço com outra que Sabina Loriga (1998, p. 249) denomina de “coral”, a qual “[...] concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado”. A autora acrescenta:

Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder. (LORIGA, 1998, p. 248-249).

O interesse dos historiadores em biografar “excluídos”, aqueles que se afastam da média, é sintomático desse desejo de “[...] refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social”. Mesmo aqueles que se voltam para os “grandes homens”, assim configurados por sucessivas camadas de memória, buscam apreendê-los, permitam-me dizer, em sua “humanidade”, ou seja, como agentes que estabelecem projetos em função de campos de possibilidades social e historicamente delimitados.

Acredito que, diante das “falhas do presentismo” diagnosticadas por Hartog, quando à memória, ou melhor, às memórias, tornam-se eixos centrais dos debates culturais, políticos, sociais e historiográficos contemporâneos as biografias – em especial aquelas produzidas por historiadores – que reassumem com força seu caráter de reflexão ética, mesmo que não necessariamente na perspectiva da história mestra da vida. Isso se dá, a me ver, no mínimo por três razões.

Em primeiro lugar, em razão do que se convencionou chamar de “dever de memória”, imperativo ético-político por meio do qual diversos grupos, em geral vítimas de variadas formas de opressão, trazem para a arena pública suas demandas de representação do passado. Sem entrarmos na análise das complicadas relações entre memória e história ou dos riscos que essas aspirações memoriais acarretam para a coesão e convivência pacífica das sociedades, parece-me que muitas das biografias históricas produzidas nos últimos anos expressam, direta ou indiretamente, tal desejo de multiplicação de memórias e de referências identitárias, ao alargarem o panteão dos biografados, dando vez e voz, “carne e osso” a múltiplos atores que não tinham espaço nas histórias nacionais unificadoras. Esse é o caso, por exemplo, de vários trabalhos de história oral centrados na figura da testemunha, aquela que viu, ouviu e, sobretudo, sofreu, e que agora pode revelar – em alguns casos, sem muitas mediações – o que foi esquecido ou silenciado.

As biografias históricas lançadas recentemente também recolocam outra questão com profundas implicações éticas: a margem de liberdade possível aos indivíduos. Em passagem bastante conhecida, o historiador italiano Giovanni Levi (1996, p. 179-180) afirma:

Parece-me [...] que deveríamos indagar mais sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha. Decerto essa liberdade não é absoluta; culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo no entanto uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores. [...] A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.

Tal perspectiva tem inspirado inúmeros trabalhos biográficos, do clássico “O queijo e os vermes”, de Carlo Ginzburg, até, por exemplo, os diversos estudos recentes que buscam evidenciar os espaços de autonomia de escravos e mulheres em sociedades marcadas por rígidas (e mesmo brutais) formas de dominação senhorial e patriarcal. Talvez o interesse pelos interstícios de liberdade em diversas épocas históricas – e poderíamos indagar se essa noção, por vezes, não assume um caráter universalista e trans-histórico – expresse a condição humana na contemporaneidade, assolada pela massificação e pelo controle social possibilitado pelas novas tecnologias, “à la 1984”, de Orwell. Não nos conforta o moleiro Menocchio, verdadeiro herói contemporâneo, por ter tido a coragem de ir contra o pensamento dominante de sua época, por ter se individualizado? De qualquer forma, a implicação ética dessa reflexão “sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha” no passado é inegável. Afinal, conforme foi dito antes, a ética anterior, da qual fala Ricoeur, aponta para o enraizamento das normas no desejo, e isso pressupõe a capacidade do indivíduo de se afirmar como sujeito. Nas palavras do filósofo: “A moral não pressupõe outra coisa senão um sujeito capaz de afirmar-se ao afirmar a norma que o afirma como sujeito”. (RICOEUR, 2003, p. 592).

As biografias produzidas pelos historiadores nas últimas décadas também apontam para outra reflexão ética, intimamente relacionada à anterior: aquela que diz respeito à responsabilidade individual. Afinal, se o indivíduo não é apenas um produto de seu meio, um marionete de forças impessoais que o ultrapassam ou uma encarnação de valores coletivos (como nas biografias tradicionais), mas um sujeito concreto, dotado de margens de liberdade, ele também pode ser responsabilizado, ao menos em parte, por seus atos. É nesse sentido que Ricoeur (2003, p. 591) argumenta sobre a íntima relação entre imputabilidade e capacidade de se afirmar como agente.

Sobre esse último ponto, são valiosas as discussões levantadas por Isaiah Berlin (2002, p. 163) em seu belo ensaio sobre a inevitabilidade histórica de 1953. Nele, o pensador letão criticou “duas poderosas doutrinas” que, na sua visão, se encontram plenamente difundidas no pensamento contemporâneo: o relativismo e o determinismo. Os defensores da última atribuem “[...] a responsabilidade máxima pelo que acontece a atos ou comportamentos de entidades ou ‘forças’ impessoais, ‘transpessoais’, ou ‘suprapessoais’, cuja evolução é identificada com a história humana”. Nessa perspectiva,

A explicação, e em certo sentido o peso da responsabilidade, de toda ação humana é transferida (às vezes com um mal encoberto alívio) para as costas largas dessas forças impessoais – instituições ou tendências históricas – que possuem uma constituição mais firme para suportar essas cargas do que um fraco canção pensante como o homem. (BERLIN, 2002, p. 189-190).

Já os adeptos do relativismo opõem à crença em princípios morais “a resignação ou a ironia daqueles que viram muitos mundos desmoronarem, muitos ideais se tornarem excêntricos ou ridículos com o tempo”. (BERLIN, 2002, p. 216). Em ambas as doutrinas, ressalta Berlin, verifica-se “um desejo de abrir mão de nossa responsabilidade”. Porém, diz ele,

Aqueles que se preocupam com os assuntos humanos estão empenhados no uso das categorias e conceitos morais que a linguagem normal incorpora e expressa. Os químicos, filólogos, lógicos, até os sociólogos de forte tendência quantitativa, ao usarem termos técnicos moralmente neutros, podem evitar esses conceitos. Mas os historiadores não podem fazer tal coisa. Não precisam – certamente não são obrigados a – moralizar: mas tampouco podem evitar o uso da linguagem normal com as suas associações e categorias morais “embutidas”. Procurar evitar esse uso é adotar outra perspectiva moral em vez de eximir-se de qualquer uma. (BERLIN, 2002, p. 224).

Na conclusão do texto, o autor ressalta que tanto o determinismo quanto o relativismo não enfrentam o fato – e aqui sua argumentação encontra a de Levi – “da responsabilidade humana, a existência de uma área limitada, mas ainda assim real, de liberdade humana”. (BERLIN, 2002, p. 225).

Tentei demonstrar até aqui que a biografia, ao longo da História, revelou-se como uma narrativa com profundas motivações éticas, e que comporta em seu cerne reflexões sobre normas, valores, liberdade e responsabilidade. Por isso - acredito - os historiadores que hoje se dedicam a esse gênero não podem deixar de levar em conta tal dimensão do fazer biográfico, já que escrever, “grafar”, uma vida é um “ato moralmente carregado”, que deixa marcas, por vezes profundas, no biógrafo, no biografado e naqueles que, pela leitura da vida dos outros, procuram também construir as próprias biografias.

3. A ética setorial dos historiadores biógrafos no mundo contemporâneo

Nesta terceira parte do artigo, reflito sobre a ética do historiador biógrafo na contemporaneidade, encarada aqui como uma das éticas aplicadas das quais fala Ricoeur, ou seja, como uma das éticas setoriais que dão visibilidade e legitimidade no plano da *práxis* a uma ética fundamental, cuja transição é guiada pela moral de uma sociedade e de uma época específicas. Nesse sentido, as considerações aqui realizadas não aspiram ter validade universal, pois dizem respeito tão somente a problemas e tensões próprias de nossa época.

Éticas são sempre encarnadas em relações humanas, dizem respeito a maneiras de viver em sociedade. No caso das biografias históricas, aquelas que buscam falar algo da vida real de determinados personagens concretos (e aqui não vou entrar nas controvérsias suscitadas pelos termos “real” e “concreto”), parece-me adequado começar pela ética que, acredito, deve pautar as relações entre biógrafos e biografados (ou seus representantes).

Essa temática, volta e meia, ganha destaque na mídia. Por exemplo, em 1995, as dez filhas do craque de futebol Garrincha entraram na Justiça com um pedido de busca e apreensão da biografia de seu pai, morto em 1983, escrita pelo jornalista Ruy Castro, alegando que não foram consultadas nem autorizaram sua publicação. Elas reivindicavam direitos autorais sobre a obra, pois se consideravam, como herdeiras, proprietárias do direito de imagem do atleta. O livro foi retirado de circulação durante um ano e só voltou às livrarias no final de 1996. A disputa jurídica se arrastou por uma década e acabou quando as filhas do antigo atacante entraram em acordo com a editora responsável pela publicação (Companhia das Letras). Tal caso exemplifica bem a assertiva irônica de Malcolm (1995, p. 18): “Os familiares são os inimigos naturais dos biógrafos; são como tribos hostis que o explorador encontra e precisa submeter sem piedade a fim de se apossar de seu território”.

No caso de biografados vivos, a coisa se complica ainda mais. Em 2007, o cantor Roberto Carlos, que já havia impedido o lançamento de um livro sobre sua vida escrito por seu ex-mordomo em 1979, conseguiu que a Editora Planeta, após um acordo com os advogados do artista e certamente temerosa das consequências de uma ação judicial prolongada, bloqueasse a circulação do livro biográfico “Roberto Carlos em detalhes”, de autoria do jornalista Paulo César de Araújo.

Em ambos os casos, no de Garrincha e no de Roberto Carlos, trata-se de figuras públicas, cujas glórias e tragédias pessoais e profissionais são amplamente conhecidas. Além disso, nas obras, os autores tecem loas a seus personagens e procuram respaldar o caráter “verdadeiro” de suas narrativas na ampla pesquisa que realizaram: Castro afirma ter entrevistado 500 pessoas, e Araújo, cerca de 200. Mas os episódios revelam o “fio da navalha” sobre o qual se movem os biógrafos. Direito à imagem ou direito à liberdade de expressão, ambos previstos na Constituição, qual deles deve prevalecer? Nos Estados Unidos, em princípio, pessoas públicas podem ser biografadas à vontade, desde que os textos sobre suas vidas não contenham mentiras ou ofensas pessoais. No Brasil, a decisão de cassar ou liberar biografias, como tantas outras decisões judiciais, depende de interpretações bastante pessoais da lei por parte dos juízes.

Por outro lado, as biografias autorizadas são alvo de outro tipo de crítica que afeta sua credibilidade. Por exemplo: o livro da jornalista francesa Brigitte Hersant Leoni sobre o ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso, de 1997, ganhou um comentário da revista “Veja” significativamente intitulado “Com um ar oficial”, no qual se lê: “O *Brasil do Possível*, título do livro, tem um ar de biografia oficial, com as vantagens e desvantagens do gênero: por um lado, pôde aproximar-se de fontes habitualmente arredias, e, por outro, aceitou, de maneira ingênua e acrítica, o que elas lhe disseram”. (PETRY, 1997, p. 34).

Ao comentar a biografia de Sylvia Plath, escrita por Anne Steevenson, que contou com a forte contribuição do marido da poeta, Ted Hughes, Malcolm (1995, p. 19) comenta: “Aparentemente, Anne Steevenson, em vez de subjugar os nativos, fora capturada por eles e submetida a sabe Deus quais torturas. O livro que ela finalmente trouxe de volta em seu trôpego retorno à civilização acabou repudiado como imprestável propaganda nativa, em vez da obra ‘verdadeira’ e ‘objetiva’ que se esperava”.

Uma manifestação extrema de “oficialismo biográfico” foi noticiada em 2008: a companhia espanhola *Memorália* oferecia o serviço de biografias por encomenda para aqueles que aspiravam ter a própria vida transformada em texto, com segredos pessoais e ilustrações. Um dos sócios da empresa informou: “É uma espécie de jornalismo a domicílio, mas com o consentimento do personagem”.²

Debates sobre o tema, muitas vezes com tom agressivo, vieram à tona no ano passado. De um lado, manifestaram-se os biografados reais e potenciais, ou seus representantes, vários agrupados em torno do movimento “Procure saber”, que advogavam o direito à intimidade (previsto na Constituição Federal), a terem suas vidas resguardadas da curiosidade alheia e a receberem parte dos lucros advindos das vendas de publicações sobre suas trajetórias; de outro, biógrafos, ou seus representantes, reivindicavam outro direito presente no texto constitucional, o da liberdade de expressão, e afirmavam que a atual regulamentação expressa no artigo 20 do Código Civil, a qual prevê a anuência prévia do biografado ou familiares às narrativas biográficas, não só seria inconstitucional como atualizaria a censura tão praticada nos anos da ditadura civil-militar. Tal debate foi motivado por uma ADIM (Ação Direta de Inconstitucionalidade), interposta junto ao STF pela Associação Nacional de Editores de Livros (ANEL), relativa a esse artigo.

Obviamente, na polêmica, para além da discussão sobre direitos constitucionais, estiveram envolvidos grandes interesses econômicos, tanto da parte de biografados e herdeiros quanto de biógrafos, editoras e meios de comunicação. Uma parcela das discussões também esteve centrada na atuação do Poder Judiciário em relação ao tema: para os defensores da liberdade de publicação, os possíveis deslizes éticos deveriam ser resolvidos a posteriori, caso o biografado ou seus representantes se sentissem ofendidos com os trabalhos publicados (como acontece em quase todos os países do mundo ocidental); já

para os que advogavam a anuência prévia, essa possibilidade teria poucas possibilidades de concretização no Brasil onde, como sabemos, a Justiça é lenta e custosa.

Nestes embates, quem tem se manifestado pela inconstitucionalidade do referido artigo 20 do Código Civil são majoritariamente os jornalistas que, no Brasil como em vários outros países, são os principais produtores de biografias, as quais, em geral, se voltam para celebridades das mais diversas áreas (artes, política, esportes, etc.), normalmente com o objetivo de revelar - a partir de minuciosas pesquisas - segredos, pecados grandes ou pequenos, como também, em alguns casos, gestos heroicos ou que revelam o quanto o personagem estava “à frente de seu tempo”. De qualquer maneira, neste campo de produção valem muitas das regras que igualmente imperam nas redações dos jornais: o imperativo da comunicabilidade, o desejo de “fisgar” o leitor e revelar algo até então oculto, de expor um “furo”, enfim. Muitos desses trabalhos se assentam em laboriosos processos de investigação que tem como culminância os rótulos de “a verdadeira biografia de cicrano” ou “a biografia definitiva de fulano”. Obviamente que, desde esse ponto de vista, a biografia dita “autorizada” já está, *a priori*, desacreditada, pois a autorização criaria restrições incontornáveis para que a “verdade” fosse revelada (caso do livro de Leoni sobre Fernando Henrique Cardoso).

Pessoalmente, sou contra qualquer forma de censura prévia e a favor da liberdade de pesquisa e divulgação de textos biográficos, mas também defendo que o biógrafo deve guiar sua atuação a partir de princípios éticos que tenham como horizonte a salvaguarda do biografado de prejuízos materiais e simbólicos.

Diferentemente dos jornalistas, os historiadores realizam suas pesquisas não com o intuito de desvendar segredos, mas sim de explicar historicamente os percursos de seus biografados, de pensá-los a partir de seus projetos e campos de possibilidade. Eles também têm consciência de que as explicações históricas, embora assentadas na rigorosa pesquisa das evidências do passado, são provisórias e contextuais, e que, portanto, não se pode falar em biografias “verdadeiras” ou “definitivas”. Enfim, seu ponto de partida, seus métodos e seus compromissos são bem diferentes daqueles dos biógrafos jornalistas, o que não significa que seus trabalhos sejam mais ou menos importantes, mas apenas diferentes por serem produzidos em lugares sociais diferenciados.

Saliento ainda que, cada vez mais, o presente é também o tempo dos historiadores (e não só dos cientistas sociais e dos jornalistas), o que repercute na produção de biografias, ou seja, muitos profissionais de História estão se voltando para as trajetórias de personagens atuais, vários deles ainda vivos, o que nos insere com força no debate atualmente travado entre os defensores e os opositores da autorização prévia das biografias.

Assim, insisto, para nós, historiadores, é imprescindível trabalhar com total liberdade em nossas pesquisas e na elaboração de nossas narrativas. Por isso, a princípio, não podemos tolerar restrições prévias à investigação e à interpretação. Afinal, muitos trabalhos biográficos produzidos em nossa área têm se mostrado valiosos para se compreenderem melhor determinadas facetas e problemas históricos que dificilmente seriam conhecidos com base em outras abordagens.

Porém, sabemos também como nossos trabalhos podem ser usados com os fins mais diversos, inclusive para prejudicar determinadas pessoas. Por isso, reafirmo, precisamos, além de defender o fim das restrições prévias, assentar nossa produção em princípios éticos como o respeito pelos biografados. Nesse caso, vale a pena repetir, é importante termos claro que as biografias praticadas por historiadores profissionais não visam a fazer vir à tona segredos antes escondidos, mas sim compreender historicamente os percursos de certos personagens, de modo a entender, por exemplo, o funcionamento de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente em grupos e instituições vistas normalmente como homogêneas, a construção discursiva e não-discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas históricas, entre outras questões.

Ou seja, para o historiador em geral e para o historiador biógrafo em particular, não há, como sabemos, fatos importantes em si que precisam ser revelados, “doa a quem doer”, mas sim acontecimentos que se tornam históricos se nos ajudam a responder nossos problemas de pesquisa. Assim, desde o ponto de vista da pesquisa histórica acadêmica, por exemplo, as práticas sexuais de determinado personagem não são em si material a ser incluído em uma biografia, apenas se estivermos perguntando, por exemplo, sobre os padrões morais dos grupos dos quais ele participava.

Que princípios éticos poderiam nos ajudar na avaliação desses casos? No caso dos jornalistas, estes seriam o estabelecimento da “verdade” e o direito a informar, sendo que as biografias autorizadas teriam uma inclinação quase inevitável à mentira e/ou à omissão. Mas a revelação da privacidade – ainda que “verdadeira” – do biografado, mesmo contra a vontade deste, traz algum benefício à coletividade ou apenas ao biógrafo que, dessa forma, obtém ganhos materiais e simbólicos? Caso positivo, eventuais benefícios se justificam mesmo à custa dos males – também materiais e simbólicos – que a “publicização” de tais informações íntimas possa trazer ao biografado ou a sua memória? Certamente, na atualidade, o desejo voyeur de revelar a intimidade do outro, e também de si mesmo (como no caso dos clientes da Memória), está relacionado ao que Richard Sennett (1988, p. 19) chamou, faz alguns anos, de “declínio do homem público”. Para o autor:

O problema público da sociedade contemporânea é duplo: o comportamento e as soluções que são impessoais não suscitam muita paixão; o comportamento e as soluções começam a suscitar paixão quando as pessoas os tratam, falseadamente, como se fossem questões de personalidade.

Diante desta “pessoalização” do mundo público, que ética aplicada poderia balizar as relações entre biógrafos e biografados? Como seria possível nela equilibrar as virtudes e deveres da vida pública com as virtudes e deveres da vida privada, os quais, nas sociedades ocidentais modernas, têm conteúdos tão distintos e, muitas vezes, contraditórios?

Talvez esses complicados dilemas possam ser resolvidos com mais facilidade se pensarmos não em biógrafos abstratos, mas em historiadores biógrafos. Falo aqui de historiadores profissionais comprometidos com as regras do *métier*, o qual, apesar de infelizmente ainda não regulamentado em termos legais (o que poderia levar à formulação de um código deontológico e de um conselho de ética profissional), pauta-se por certas exigências, por convenções explícitas ou implícitas a respeito do que é permitido ou proibido, adequado ou inadequado, valorizado ou estigmatizado; convenções, vale lembrar, constituídas historicamente, como resultado de disputas e relações de poder variadas e, por isso, em constante transformação.

No âmbito do conhecimento histórico, a área que, em razão de suas características intrínsecas, mais tem produzido reflexões sobre ética é a história oral. Afinal, seus praticantes pesquisam seres humanos “vivos” e, seguidamente, seus projetos são submetidos aos comitês de ética das universidades e agências de fomento à pesquisa. Para além desse aspecto institucional, contudo, tais investigadores, que algumas vezes também produzem biografias, podem trazer contribuições valiosas aos historiadores biógrafos em geral. Por exemplo, ao advogarem a necessidade de se estabelecer um pacto com o biografado antes do desenvolvimento da investigação (ou com seus descendentes, caso este venha a falecer no transcurso da pesquisa), pacto que deve se pautar pelo respeito mútuo, o que envolve, sem dúvida, acordos sobre os objetivos e os limites da pesquisa.

Alessandro Portelli (1997, p. 13-4), um dos grandes expoentes da história oral na atualidade, ao discutir sobre ética, afirma: “As diretrizes éticas talvez representem, neste caso, não só uma proteção de que dispõem os entrevistados contra a manipulação, por parte do entrevistador, como também uma proteção deste contra as reivindicações dos entrevistados [...]”. Mas, na base desse cuidado, coloca-se um princípio ético bastante subjetivo: o respeito. Diz o autor: “[...] tenho um compromisso comigo mesmo de não usar o material da entrevista de formas que possam prejudicar a pessoa de quem o obtive, nem de a ela desagradar”. (PORTELLI, 1997, p. 13-4). Poderíamos sem dúvida substituir, nesta frase, as palavras “o material da entrevista” por “o material pesquisado para construir uma biografia”.

Para muitos jornalistas – e para uma parcela do público em geral – esse entendimento conduz, inevitavelmente, ao “oficialismo”, a mentir ou omitir em nome da proteção do biografado. Entretanto, repito, nas biografias produzidas por historiadores profissionais, mais importante do que revelar detalhes antes desconhecidos, do que falar tudo o que se descobriu sobre o personagem enfocado, é compreender o sentido histórico da vida que se estuda. Na História, o que guia os passos da investigação e estabelece o que deve ou não ser narrado são problemas de pesquisa com relevância histórica, que podem ser respondidos pelos métodos dessa disciplina, e no caso da biografia histórica isso não é diferente. Os historiadores biógrafos sabem que não podem “esgotar” o personagem, pois nesse campo não existem biografias “definitivas”. Seu interesse é acompanhar um percurso singular para, com ele ou por meio dele, sugerir respostas a questões que também interessam a seus colegas de profissão.

Insisto: para o historiador em geral e para o historiador biógrafo em particular não existem fatos importantes em si, que precisem ser revelados a todo custo; além disso, o que lhes interessa não é o inusitado, propriamente. Também sua maneira de encarar a verdade é – ou deveria ser – mais sofisticada e tensionada do que aquela própria do senso comum, limitada à factualidade imediatamente apreensível. Esses profissionais sabem, por um lado, que todos os regimes de verdade são históricos, mas, por outro, têm compromissos com seus arquivos e com as metodologias e critérios de cientificidade próprios de seu ofício (que também são históricos).

Articulando essas considerações com a reflexão até aqui desenvolvida sobre ética, trago novamente as palavras de Portelli (1997, p. 15):

Nesse contexto, compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica, e a vontade de saber “como as coisas realmente são”, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de “como as coisas podem ser”. Por um lado, o reconhecimento da existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a “ciência” nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis. Por outro, a utópica busca de verdade protege-nos da premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis e, em última análise, irrelevantes. O fato de possíveis verdades serem ilimitadas não significa que todas são verdadeiras no mesmo sentido, nem que inexistem manipulações, inexatidões e erros.

Respeito pelo personagem biografado – no sentido de compreendê-lo em sua historicidade e não como uma celebridade a ser desnudada – e respeito pelas regras historicamente construídas do ofício de historiador: tais me parecem ser as premissas mais importantes dessa ética particular, aquela do profissional de História que se dedica a perscrutar os caminhos e descaminhos de uma vida. Mas,

retornando a Ricoeur, éticas setoriais são sempre aplicações práticas de éticas fundamentais. Então, que ética “a montante das normas” poderia guiar o nosso fazer?

Nesta nossa atualidade – marcada, simultaneamente, pela negação da igualdade e pelo desrespeito à diferença – talvez a mais fundamental intenção ética a informar as éticas particulares seja aquela que possa articular uma tríade em que o si, o outro próximo e o outro distante apareçam como igualmente honrados, o que Ricoeur (2003, p. 595) resume na fórmula: “viver bem, com e para os outros, dentro de instituições justas”. Que possamos, como cidadãos e historiadores, transformá-la em norma de conduta e sabedoria prática.

Referências

- BERLIN, Isaiah. A inevitabilidade histórica. In: **Estudos sobre a humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BURKE, P. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, v. 10, p. 83-97, 1997.
- COSTA, J. F. Impasses da ética naturalista. Gide e o homoerotismo. In: NOVAES, A. (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DOSSE, F. **Le pari biographique**. Écrire une vie. Paris: La Découverte, 2005.
- HARTOG, F (dir.). **Plutarque**. Vies parallèles. Paris: Gallimard, 2001.
- HARTOG, F. O tempo desorientado. Tempo e História. Como escrever a história da França? **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997.
- LE GOFF, J. (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- MALCOLM, J. **A mulher calada**. Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PETRY, André. Com um ar oficial. **Veja**, 19 mar. 1997, p. 34.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

RICOEUR, P. Ética. Da moral à ética e às éticas. In: **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003, p. 591-595.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, M. A. de O. **Plutarco historiador**. Análise das biografias espartanas. São Paulo: EDUSP, 2006.

Notas

¹ Uma primeira versão deste artigo foi proferida como conferência no XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética, realizado em Fortaleza no mês de julho de 2009. As considerações sobre as polêmicas atuais a respeito da biografia foram elaboradas inicialmente a pedido da Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil em 2013 e publicadas no site da entidade. Disponível em: http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=4370. Acesso em: 26 fev. 2014.

² Disponível em:

<http://estadao.com.br/noticias/arteelazer,empresa-oferece-biografias-por-encomenda-na-espanha,279556,0.HTM>. Acesso em: 06 jul. 2009.

Benito Bisso Schmidt é professor doutor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

Recebido em 05/04/2014

Aprovado em 09/05/2014